

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.261 - PE (2017/0284796-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : **HILDA ALVES FERREIRA**
ADVOGADOS : **JOSÉ CARLOS MEDEIROS JÚNIOR E OUTRO(S) - PE024019**
 JOSÉ CARLOS MEDEIROS - PE004347D
 DANUZA MARIA DE LIMA MEDEIROS - PE027281D
 BRUNO CANTO FERNANDES - PE035958
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INTERES. : **NELSON BERNARDO DA SILVA**
ADVOGADO : **JOSÉ CARLOS MEDEIROS JÚNIOR - PE024019**
INTERES. : **SEVERINO FERREIRA MENEZES**
INTERES. : **EVERALDO SEVERINO DA SILVA**
INTERES. : **ANA ROSA CAVALCANTI DE LUCENA**
INTERES. : **VITAL ALVES DA SILVA**
INTERES. : **FIDELIS AMARO MOLITERNO DE SANTANA**
INTERES. : **ROSANGELA MARIA DOS SANTOS BRITO**
INTERES. : **BENJAMIN DE OLIVEIRA**
INTERES. : **PAULO DE BARROS MORAES**
INTERES. : **AMARO IZAIAS DA SILVA**
INTERES. : **JACY ALMEIDA DE SIQUEIRA**
INTERES. : **CICERO LEONARDO DA CUNHA FILHO**
INTERES. : **JOAQUIM FRANCISCO DA SILVA FILHO**
INTERES. : **SILVIO CAVALCANTI DE MELO E SILVA**
INTERES. : **SEVERINO VICENTE BARBOSA**
INTERES. : **BERNARDO LOPES DA CRUZ NETO**
INTERES. : **MARCO ANTÔNIO TRAVASSOS DA SILVA**
INTERES. : **JOSE ALBUQUERQUE SILVA**
INTERES. : **JOSEMILSON TOBIAS DA SILVA**
INTERES. : **FABIANO ANTONIO MARQUES GUEDES DA CRUZ**
INTERES. : **MANOEL MESSIAS BEZERRA DA SILVA**
INTERES. : **JOAO FRANCISCO DO CARMO FILHO**
INTERES. : **MARINALVA ANTONIA DOS SANTOS**
INTERES. : **EDNALDO DE SIQUEIRA MELO**
INTERES. : **PAULO FERNANDO DA SILVA**

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF.** SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por **HILDA ALVES**

FERREIRA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 3.991-3.992):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, cabe à parte agravante, na petição do seu agravo interno, impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, na hipótese dos autos, não foi atendido.

2. Incidência da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 4.002-4.008), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que a decisão do órgão julgador, em que se negou conhecimento ao agravo interno, implicou ofensa ao contraditório e à ampla defesa, em lide cuja questão de fundo, resumidamente, versa sobre a prescrição da pretensão condenatória em ação cível de improbidade administrativa.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 4.014-4.018.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário não conheceu do recurso em razão da deficiência da impugnação recursal, que não refutou os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE

598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, ante a ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, que afasta o cabimento do recurso extraordinário em face da falta de repercussão geral, fica inviabilizada a análise da questão constitucional suscitada, relacionada à apontada ofensa ao artigo 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente